

ATRIBUIÇÕES, COMPETÊNCIAS E CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: REFLEXÕES NECESSÁRIAS.

ATTRIBUTIONS, COMPETENCES AND CONTRIBUTIONS OF SOCIAL WORK IN BASIC EDUCATION: NECESSARY REFLECTIONS.

Cristiano Costa de Carvalho¹
Eliana Bolorino Canteiro Martins²

RESUMO

O artigo tem como objetivo apresentar o debate sobre a concepção em torno da relação do Serviço Social com a política de educação básica à luz do projeto ético político e consequentemente as atribuições e competências socioprofissionais do assistente social na área. A natureza da pesquisa foi do tipo qualitativa e possui como alicerce o método materialismo crítico-dialético. Para alcançar o objetivo foram adotadas as técnicas de pesquisa bibliográfica e documental. Pontua um percurso e a necessidade de estudos e pesquisas que contribuam para a implantação e consolidação da Lei 13.935/19.

Palavras-chave: Serviço Social; Educação Básica; Atribuição; Competências; Requisições Sócio-institucionais.

ABSTRACT

The article aims to present the debate on the conception around the relationship between Social Work and basic education policy in the light of the ethical political project and consequently the attributions and socio-professional skills of the social worker in the area. The nature of the research was qualitative and based on the

¹Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local. Doutorando em Serviço Social pela FCHS/UNESP. Bolsista CAPES. Professor no IEC/PUC Minas. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na Educação (GEPESSE) e Grupo de Estudos e Pesquisas Estudos sobre Política de Saúde e Serviço Social (QUAVISSS). ORCID: 0000-0001-6523-5917. E-mail: ss.cristiano@gmail.com

²Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Instituição Toledo de Ensino de Bauru. Mestrado em Serviço Social pela UNESP/Campus de Franca. Doutorado em Serviço Social pela PUC/SP. Pós-Doutorado em Serviço Social pela UERJ. Livre Docência pela UNESP/Campus de Franca. Docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social UNESP/Franca. Bolsista Produtividade em Pesquisa pelo CNPq - Nível 2. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na Educação (GEPESSE). ORCID: 0000-0002-7796-8437. E-mail: elianacanteiro@terra.com.br

ATRIBUIÇÕES, COMPETÊNCIAS E CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: REFLEXÕES NECESSÁRIAS.

critical-dialectical materialism method. To achieve the objective, bibliographical and documental research techniques were adopted. It points out a route and the need for studies and research that contribute to the implementation and consolidation of Law 13.935/19.

Keywords: Social Service; Basic education; Assignment; Skills; Socio-institutional requirements.

1. INTRODUÇÃO

As políticas sociais e as políticas de educação têm sido historicamente debatidas a partir de aspectos teóricos e metodológicos relacionados às mais diversas perspectivas políticas e visões sociais do mundo, o que impacta diretamente sobre o campo das práticas e intervenções sociais. Não é recente as formulações e problematizações em torno do “lugar” que o Serviço Social ocupa na sociedade brasileira, principalmente acerca do acúmulo de conhecimentos e do processo de inserção dos profissionais assistentes sociais no âmbito da política de educação, pois estamos tratando de uma profissão de “caráter sociopolítico, crítico e interventivo, que se utiliza de instrumental científico multidisciplinar das Ciências Humanas e Sociais para análise e intervenção nas diversas refrações da “questão social” (CRESS/RJ, 2022).

Ao longo dos últimos anos, evidencia-se a busca em torno da concepção de educação “coerente com o nosso projeto ético-político profissional”, que, por sua vez, reconheça as particularidades da atuação do/a assistente social na referida política pública e, diante do contexto político e ideológico de ofensivas capitalistas, contribua para a intensificação da luta pela educação como direito social, como prática emancipatória, e para a consolidação do Serviço Social na educação por considerar a sua significativa contribuição nesta política pública (CFESS, 2013).

Este artigo pretende trazer reflexões sobre as atribuições, competências e contribuições acerca do trabalho do assistente social na educação básica, sendo este, o objeto de pesquisa de projeto de doutorado de um dos autores deste texto. Destaca-se que a intencionalidade de aprofundamento do debate do Serviço Social na área da educação básica, originada pelos autores deste artigo, ocorre por serem pesquisadores desta temática, inclusive, tendo vinculação ao Grupo de Estudo e Pesquisa sobre o Serviço Social na área da educação

ATRIBUIÇÕES, COMPETÊNCIAS E CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: REFLEXÕES NECESSÁRIAS.

(GEPESSE)³ do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista – UNESP/Campus de Franca - SP– inscrito no diretório de pesquisa do CNPq, em 2010, quando foi implantado.

Em sintonia com o movimento histórico da profissão na realidade social brasileira, especificamente em relação ao trabalho do assistente social na educação, acompanhando vários projetos de lei (federal, estadual e municipal) que dispõem sobre a inserção do assistente social na educação, destacamos que, desde o ano 2000⁴, o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CFESS/CRESS), a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e a Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO) vêm travando debates, estudos e pesquisas, apresentados em seminários, grupos de estudos, congressos, contando com a articulação estratégica e profícua das unidades de formação acadêmica de ensino superior, como espaços privilegiados para qualificar a formação, o exercício profissional e, também, a construção de estratégias para o avanço da inserção qualificada de assistentes sociais nos diferentes espaços da educação. Esta mobilização culminou na aprovação da Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e serviço social nas redes públicas de Educação Básica para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação. Como destaca os Conselhos Federais de Serviço Social (CFESS) e de Psicologia (CFP), o “objetivo é agregar qualidade ao processo de aprendizado e formação social de estudantes, bem como à convivência escolar e à relação família-escola, integrando as equipes multidisciplinares na condição de profissionais da Educação” (CFP, 2022), sendo um marco importante para fortalecimento dessas estratégias coletivas para a inserção de assistentes sociais na educação.

Ressaltamos que a luta pela presença do assistente social nas instituições educacionais se justifica pelo reconhecimento da significativa contribuição desta profissão ao trabalho coletivo da educação, com intuito de viabilizar a efetivação da educação escolarizada como

³ O GEPESSE possui uma peculiaridade, o seu caráter de grupo interinstitucional, em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) desde 2011 e, recentemente a partir de 2017, com o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - Universidade Federal da Bahia (PPGSS/UFBA).

⁴ Momento ápice foi o ano de 2000 com a produção do Parecer Jurídico 23/2000, elaborado pela Dra. Sylvia Terra, assessora jurídica do CFESS, sobre a implantação do Serviço Social nas escolas de ensino fundamental e médio, relacionando a pertinência da inserção do Serviço Social na educação a partir das atribuições atinentes à atividade profissional respectiva, estabelecida nos artigos 4º e 5º da Lei 8.662/1993 e também das possibilidades legais dos projetos de lei para a implantação do Serviço Social nas escolas e sua regulamentação nas instâncias de poder municipal e estadual” (CFESS, 2011).

ATRIBUIÇÕES, COMPETÊNCIAS E CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: REFLEXÕES NECESSÁRIAS.

um direito social e não como uma mera luta corporativa visando ampliar os espaços sócio ocupacionais do Serviço Social.

Nas últimas décadas, os estudos e pesquisas sobre o Serviço Social na educação tem se intensificado, contribuindo com a construção da produção de conhecimento nesta área, sendo este um aspecto fundamental para qualificar e fortalecer o reconhecimento da necessidade de inserção de assistentes sociais na política de educação e também qualificar o trabalho desses profissionais.

O quantitativo e, principalmente, a densidade teórico-metodológica das pesquisas que abordam o Serviço Social na educação e as contribuições que a profissão pode oferecer para a qualificação desta política pública, sobretudo no âmbito da educação básica, têm como eixo direcionador a teoria social crítica da tradição marxista, compreendendo a educação como direito social e como um processo social (ALMEIDA, 2007, 2008; MARTINS, 2011, 2012, ALMEIDA, FÉRRIZ E MARTINS, 2020, CFESS, 2011 e 2013), visando potencializar a formação e o exercício profissional de assistentes sociais.

Destacamos que o objetivo principal da referida pesquisa de doutorado que está sendo delineada se constitui em analisar a imagem social que os profissionais da educação básica pública municipal possuem em relação à profissão - Serviço Social e o trabalho do assistente social na Educação Básica.

Neste cenário, faz-se necessário que a Universidade dedique suas energias e contribua com estudos e pesquisas sobre educação e as condições sobre como os processos educacionais se desenvolvem no cotidiano.

Com a intencionalidade de contribuir acerca da implementação da Lei nº 13.935/2019, é preciso compreender o conjunto de “competências e atribuições do/a assistente social; bem como das dimensões, particularidades e estratégias para inserção, atuação e consolidação do exercício profissional” (CFESS, p. 13, 2011). Conforme sinaliza Yamamoto (2004, p. 23), persiste a necessidade de ruptura com a “endogenia na análise da profissão” e a pesquisa explicitada neste texto, propõe justamente compreender e analisar a organicidade da política de educação básica, a composição do trabalho coletivo e, especificamente, perquirir a percepção dos “atores” acerca do Serviço Social na educação, sendo de extrema relevância para o processo de concretização da legislação que prevê a presença de assistentes sociais e psicólogos na educação básica.

ATRIBUIÇÕES, COMPETÊNCIAS E CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: REFLEXÕES NECESSÁRIAS.

O presente artigo possui o intuito de problematizar o objeto de estudo da referida pesquisa – as atribuições e competências do assistente social na educação básica – trazendo elementos teóricos fundamentais acerca da temática em tela.

2. O DIÁLOGO E INTENCIONALIDADE ENTRE O SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO

Considerando que existem inúmeras concepções sobre educação, partimos do pressuposto de que não podemos pensar neste objeto de pesquisa desvinculado da realidade social em que está inserido. Logo, compreendendo a dinamicidade da realidade educacional advindo de diferentes contextos históricos, há diversas interpretações e aproximações possíveis para esta compreensão. Pensar na educação nos interpela a perceber a necessidade de buscar e identificar o universo cultural que precisa ser apreendido pelos sujeitos (SAVIANI, 2005, p.13) para “permitir aos indivíduos a apropriação dos conhecimentos, habilidades e valores necessários para se tornarem membros do gênero humano” (TONET, 2012, p. 81).

Com efeito, do ponto de vista dos elementos que nos ajudam a compreender a natureza da educação, quando refletimos sobre quais são os saberes que interessam para pensá-la, articulados a um processo de formação humana, nos permitimos concordar que os seres humanos precisam assimilar um conjunto de saberes para “se tornarem humanos”, de modo que o gênero humano não é desenvolvido naturalmente, assim “para saber pensar e sentir; para saber querer, agir ou avaliar é preciso aprender, o que implica o trabalho educativo” (SAVIANI, 2005, p. 13). Contudo, para pensar em objetivos para atingir determinados resultados, direcionados pelo processo educativo, não podemos perder de vista que para “chegar a *qualquer* resultado a educação tem que partir, tem que tomar como referência, como matéria-prima de sua atividade, o saber objetivo produzido historicamente” (SAVIANI, 2005, p. 13, grifo nosso).

Refletir sobre o trabalho educativo nos faz concordar com Saviani (2005, p. 7) ao considerar que a educação “não se reduz ao ensino”. Entretanto, que ensino é educação e, como tal, participa da natureza própria do fenômeno educativo”, daí a necessidade de manter uma direção reflexiva sobre formação humana em uma perspectiva histórica, buscando apreender as diferentes concepções que são abordadas. Neste sentido, destacamos que “a

ATRIBUIÇÕES, COMPETÊNCIAS E CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: REFLEXÕES NECESSÁRIAS.

formação humana é sempre histórica e socialmente datada. Por isso mesmo não é possível definir, de uma vez para sempre, o que ela seja como se fosse um ideal a ser perseguido” (TONET, 2012, p. 53-54).

Pensar na educação em uma perspectiva de formação humana é refletir sobre a ideia de “formação integral”, que consistiria em defini-la “como o acesso, por parte do indivíduo, aos bens materiais e espirituais, necessários à sua autoconstrução como membro pleno do gênero humano, então formação integral implica emancipação humana” (TONET, 2012, p. 80). Isso nos levaria a pensar que para que a formação integral pudesse ser garantida, necessitaria de uma formação “livre, participativa, cidadã, crítica para todos os indivíduos” (TONET, 2012, p. 81).

Considerando que esse seria o horizonte a se alcançar, precisamos perceber as contradições, parte intrínseca da sociabilidade capitalista, especificamente no contexto atual, e a formação integral como possibilidade histórica. Levando em conta a trajetória histórica da política educacional brasileira, a maior parte dos sujeitos são excluídos do acesso aos meios que possibilitaram essa formação” (TONET, 2012, p. 78).

Contudo, para construir estratégias no campo da política de educação e fortalecer as potencialidades humanas, não seria possível pensar na formação integral sem considerar as contradições que estão presentes no capitalismo, de modo que esta sociabilidade considera a formação como preparação para o trabalho a partir de “elementos superficiais e ideológicos [...] *que nada mais é do que a formação de mão-de-obra para o capital* (TONET, 2012, p. 79, grifo nosso).

Neste sentido, nossa reflexão precisa rejeitar o “discurso da formação integral, sem o questionamento das raízes da desigualdade social, sem uma firme tomada de posição contra a lógica do capital” (TONET, 2012, p. 82). Nesta direção

[...] a educação deve formar o homem integral, vale dizer, indivíduos capazes de pensar com lógica, de ter autonomia moral; indivíduos que se tornem cidadãos capazes de contribuir para as transformações sociais, culturais, científicas e tecnológicas que garantam a paz, o progresso, uma vida saudável e a preservação do nosso planeta. Portanto, pessoas criativas, participativas e críticas (TONET, 2012, p. 80).

Diferente de direcionar a ação educativa para servir ao mercado, a concepção que nos orienta entende o trabalho enquanto produção de humanização, contrapondo-se à redução do conceito de trabalho somente a “produção de bens materiais pela transformação da natureza

ATRIBUIÇÕES, COMPETÊNCIAS E CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: REFLEXÕES NECESSÁRIAS.

em bens de consumo” (RODRIGUES, 2003, p. 61) e excluindo a empreitada educativa do mercado de trabalho.

A esfera objetiva da vida dos indivíduos é marcada pelas desigualdades sociais oriundas da luta de classes sociais (capital e trabalho), gênese da questão social. Assim, consideramos que “a educação é um processo social vivenciado no âmbito da sociedade civil e protagonizado por diversos sujeitos sociais” (MARTINS, 2012, p. 21) e, também, como política social, “um espaço contraditório de lutas de classes, um embate entre poderes diversos que se legitimam historicamente, conforme se estabelece a correlação de forças na diversidade dos projetos societários existentes” (MARTINS, 2012, p. 22). Neste sentido, é imprescindível compreender como os trabalhadores da educação, ao efetivarem suas respectivas atividades profissionais, percebem a questão social e suas expressões. A partir de estudos e experiências profissionais na área da educação, traçamos a seguinte hipótese: nem sempre os trabalhadores da educação compreendem as reais determinações das expressões da questão social, a intencionalidade da política educacional e, especificamente, as atribuições do assistente social no universo educacional.

Desse modo, Martins (2012, p. 21, grifo nosso) nos convida a pensar que a política de educação “também é uma área estratégica de atuação do Estado, *sendo assim* a luta pela educação constitui uma das expressões da questão social, visando o atendimento de uma necessidade, reconhecendo-a como um direito social”.

Se a escola “é uma instituição cujo papel consiste na socialização do saber sistematizado” (SAVIANI, 2005, p. 14), pensar no Serviço Social e sua interface com a educação nos questiona a perceber quais seriam as contribuições que esta profissão oferece para que esta área possibilite reconhecer e enfrentar algumas determinações históricas de exclusão e aprofundamento das desigualdades sociais, principalmente de indivíduos oriundos das classes populares. Afirma-se que isto seria um processo que, necessariamente, exigiria um projeto coletivo que estivesse em sintonia com valores e princípios de construção de uma educação que promovesse “uma mudança verdadeiramente radical, proporcionando instrumentos de pressão que rompam a lógica mistificadora do capital” (MÉSZÁROS, 2008, p. 48). Desse modo, uma educação que mobilize a criticidade, facilitando o processo de desvelamento da dinâmica da ordem capitalista, precisa, imperiosamente, de contar com lutas mais gerais da classe trabalhadora, considerando que o projeto de educação em curso visa

ATRIBUIÇÕES, COMPETÊNCIAS E CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: REFLEXÕES NECESSÁRIAS.

atender aos interesses da classe dominante a partir das demandas pertinentes a “nova morfologia do trabalho” (Antunes, 2018).

Sendo assim, é fundamental lutar por um redesenho da política de educação direcionada mais para a formação humana, intelectual, crítica, política e cultural, e menos ao treinamento para o mercado, reduzindo a potencialidade criativa, crítica e inventiva de homens e mulheres, em que “educar se torna sinônimo de treinar, e o período de frequência à escola não é visto senão como intervalo no qual as pessoas se instalam, enquanto aguardam o momento de se tornarem “úteis” à sociedade, isto é, “trabalhadores” (RODRIGUES, 2003, p. 60).

No caso do Serviço Social brasileiro, a sua participação na política de educação não é recente e remete aos primórdios da profissão. Destarte, a educação, enquanto política social, configura-se como espaço efetivo de intervenção profissional. No início, a intervenção do Serviço Social na educação estava mais direcionada para a “lógica desenvolvimentista voltada para a preparação social dos indivíduos, a fim de torná-los, segundo suas aptidões, cidadãos produtivos e úteis ao capital” (AMARO, 2011, p.19), lógica impressa por “uma forte tradição autoritária que ainda persiste em todas as instâncias da vida social, inclusive na educação” (ALMEIDA, 2007, p.5).

O movimento crítico do Serviço Social, nas décadas de 1970 e no início da década de 1980, proporcionou (ALMEIDA, 2007, p.5) uma importante produção de um conhecimento crítico da realidade social, para que o próprio Serviço Social pudesse construir os objetivos e (re)construir objetos de sua intervenção, bem como responder às demandas sociais colocadas pelo mercado de trabalho e pela realidade (IAMAMOTO, 2004), abrangendo todos os espaços sócio ocupacionais, sendo possível visualizar e propor iniciativas de mudanças (IAMAMOTO, 2004).

Neste percurso histórico, o Serviço Social brasileiro, construiu uma estreita interface com a área de educação, em função da dimensão sócio-educativa de sua intervenção” (ALMEIDA, 2007, p. 1). É destacável o avanço na produção intelectual na interface do Serviço Social e educação. Outro aspecto importante, diz respeito luta das entidades da categoria de assistentes sociais - CFESS/CRESS e ABEPSS, em articulação com movimentos sociais “que atuam na construção de um novo projeto societário, onde a luta pela conquista da cidadania, se tornou um componente fundamental para sua unidade” (ALMEIDA, 2007, p.7).

ATRIBUIÇÕES, COMPETÊNCIAS E CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: REFLEXÕES NECESSÁRIAS.

Em sua obra, Martins (2012, p.34), analisando a política de educação brasileira, apresenta que houve “mudanças significativas que vêm ocorrendo nessa política, correspondendo às transformações societárias das últimas décadas, consubstanciando-se numa ampliação do espaço sócio ocupacional do serviço social nessa área”. Nessa mesma direção, Almeida (2007) nos informa que as principais demandas que são colocadas atualmente, que vem justificando o aumento da presença de assistentes sociais na educação, são os “fenômenos sociais *que* têm incidido diretamente sobre o campo educacional, configurando as bases institucionais e sócio ocupacionais” (ALMEIDA, 2007, p. 8, grifo nosso).

O autor ainda destaca outros quatro focos de atuação que são comumente demandados ao assistente social na política de educação, que envolvem: ações e atividades que convergem para a garantia do acesso da população à educação escolarizada; garantia da permanência da população nas instituições educacionais e da qualidade dos serviços prestados no sistema educacional; organização de atividades com os pais e responsáveis, com a comunidade local, com os próprios alunos e profissionais da educação para tratar de questões relacionadas aos problemas e desafios sócio-educacionais *e, também,* desenvolvimento de atividades que apontam para o fortalecimento das propostas e ações de gestão democrática e participativa da população no campo educacional (ALMEIDA, 2007, p., 8-9).

Portanto, o que nos mobiliza a trilhar um caminho de pesquisa na área do Serviço Social na educação é o fortalecimento e a inserção dos assistentes sociais neste espaço sócio ocupacional, principalmente nesta quadra histórica, na qual vários e complexos fenômenos no cotidiano da escola, “configurando as bases institucionais e sócio ocupacionais que têm justificado o aumento da presença dos assistentes nesta área de intervenção do Estado” (ALMEIDA, 2007, p. 6), acirram-se em decorrência das transformações no processo de produção e reprodução social, respondendo a crise do capital.

Ao mesmo tempo em que na escola se expressam as contradições sociais que se manifestam na sociedade em que está situada, nela pode ocorrer o seu enfrentamento e problematização como possibilidade de desenvolver outra consciência, ou seja, possibilidade de desenvolver ações de contra-hegemonia, (conforme estudos de Gramsci). Sendo assim, a indagação inicial da referida pesquisa se constitui na análise “da imagem, da percepção” que os atores da educação possuem acerca do Serviço Social, principalmente, em relação às atribuições, competências e contribuições do trabalho deste profissional no âmbito das

ATRIBUIÇÕES, COMPETÊNCIAS E CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: REFLEXÕES NECESSÁRIAS.

instituições da política de educação, especificamente da educação básica, universo da pesquisa.

Nossa hipótese é de que ainda prevalece a percepção de professores, técnicos pedagógicos, diretores e demais gestores da educação, uma “imagem borrada”, ou seja, equivocada sobre a atuação do assistente social na educação por não terem informações suficientes acerca do arcabouço de conhecimentos profissionais, habilidades, competências e atribuições deste profissional no âmbito da educação formal, em especial, na educação básica. Outra suspeita é de que os profissionais da educação tenham o entendimento de que o assistente social, a partir da intervenção profissional nas instituições educacionais, possam interferir no eixo “pedagógico”, concorrendo, assim, com os profissionais que lidam diretamente com o “ensino”, por considerar que este é, definitivamente, o principal objeto da educação. Concordando com Almeida (2007, p. 5),

[...] a presença de mais um profissional na escola, imputada, geralmente, por meio de uma lei, sem a discussão prévia com os profissionais da educação e sob o argumento de que este profissional enfatiza em seu trabalho justamente uma dimensão educativa, é de fato preocupante para quem atua na área.

A “imagem equivocada” do Serviço Social pode ser fruto de uma herança conservadora ainda existente na profissão, que nos tem custado tão caro historicamente, considerando que nos primórdios da profissão, o trabalho do assistente social no enfrentamento das expressões da questão social, objeto da profissão, possuía uma perspectiva moralizadora e despolitizadora, na medida em que havia um esvaziamento do seu caráter político e econômico. Assim, os assistentes atendiam principalmente às requisições institucionais que, em última instância, visavam apenas garantir a “coersão e o consenso” da classe trabalhadora explorada, empobrecida. Assim, o trabalho do assistente social, principalmente pela proximidade que sempre teve com os “usuários” dos serviços sociais, era utilizado para “acalmar” as tensões, moralizar e disciplinar significativo contingente de trabalhadores, disseminando a ideologia dominante e amortecendo os impactos oriundos das expressões da questão social.

Para seguir com a discussão, é relevante destacar que a política de educação 137configura-se como um espaço de “disputas de diferentes grupos sociais pela direção e difusão de cultura” (MARTINS, 2012, p. 21), portanto, palco de disputas pelo direcionamento que efetivará no processo de ensino-aprendizado (reprodutor ou crítico) e nas relações sociais

ATRIBUIÇÕES, COMPETÊNCIAS E CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: REFLEXÕES NECESSÁRIAS.

estabelecidas no ambiente educacional. No cotidiano escolar, os ditos “problemas sociais”, que na verdade são expressões da questão social, tais como: diversos tipos de violência, situações de saúde dos estudantes, infrequência e evasão escolar, entre tantas outras, que extrapolam a sala de aula, mas incidem sobremaneira no processo de ensino-aprendizagem que são analisados, interpretados, sob diferentes prismas, porém, geralmente enfrentados como situações individuais desconectadas de análises contextualizadas e assim, efetivando ações imediatistas, fragmentadas, pontuais, peculiares aos profissionais que não são especialistas nesta área do conhecimento. Como diz Marx, quem erra na análise erra na ação. É importante explicar que, não para culpabilizar os trabalhadores da educação por esta perspectiva da análise e atuação, mas sim, justamente, para desonrá-los de atribuições que não lhes são pertinentes, demonstrando a imperiosa necessidade de ampliar o trabalho coletivo das instituições educacionais, com os saberes de outros profissionais (assistentes sociais, psicólogos) que somam-se aos educadores na garantia da efetivação da função social da educação, preparando para vida e para o trabalho de forma articulada, na perspectiva da formação integral.

Essa imagem atribuída ao Serviço Social merece ser analisada considerando que

[...] as dúvidas sobre o papel a ser desempenhado por esse profissional expõe por um lado, se alardeia sobre a possibilidade de sobreposição de funções e habilidades com relação às ações educativas que se dirijam para uma formação pautada na construção da cidadania. Por outro, se causa profundo mal estar ao vincular a presença do assistente social à consolidação de práticas assistencialistas no universo escolar (ALMEIDA, 2007, p. 5).

No entanto, o processo de conhecer e analisar as percepções e a imagem que os outros profissionais da educação têm sobre a atuação do assistente social, não pode ser realizado desconectado do nosso entendimento de que essas são determinadas por uma realidade concreta, um modo de organização da sociedade, por uma historicidade, e carecem de ser percebidas para além das experiências individuais (COUTINHO, 2010).

Portanto, norteiam a pesquisa apresentada, as seguintes indagações iniciais: Qual a imagem que os trabalhadores da educação (professores, supervisores e orientadores educacionais, diretores de escola e gestores da política de educação) possuem acerca da profissão - Serviço Social - e do trabalho de assistentes sociais na Educação? Esses profissionais percebem as contribuições que o Serviço Social pode oferecer para a educação? Se percebem, quais são?

ATRIBUIÇÕES, COMPETÊNCIAS E CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: REFLEXÕES NECESSÁRIAS.

Nesta direção, as questões levantadas consideraram os fundamentos da pós-modernidade (individualismo, pseudo-historicidade subjetivista e abstrata, irracionalidade fundada na intuição arbitrária) que se contrapõem aos pilares das teorias clássicas modernas construídas, respectivamente (humanismo, historicismo e a dialética da razão, que serão tratados por Marx e as correntes mais críticas-progressistas posteriormente), considerando que o pensamento pós-moderno rompe com as grandes narrativas e passa a caracterizar-se pelas narrativas fragmentadas a partir da experiência dos sujeitos, dos olhares, das percepções (COUTINHO, 2010).

Mesmo suspeitando que os caminhos da pesquisa poderão oferecer grandes desafios, entendemos como importante e justificável percorrê-los, por considerar que “as dúvidas sobre o papel a ser desempenhado por esse profissional expõem desconhecimentos de ambas as partes” (ALMEIDA, 2007, p.5) e precisam ser desveladas.

Nessa direção, encontramos nos estudos de Ortiz (2007, p. 18) a assertiva de que “a imagem socialmente existente do Serviço Social deriva das particularidades que esta profissão assume na divisão social e técnica do trabalho”. Assim, a relevância da referida pesquisa está sedimentada na sua possibilidade de contribuir com subsídios para se pensar em estratégias futuras para fortalecer a inserção profissional de assistentes sociais no trabalho coletivo da educação básica, principalmente, considerando que a política de educação se configura como um espaço estratégico que pode possibilitar a efetivação de uma formação crítica, propositiva, sendo um direito humano e social que deve ser garantido a todos. A partir dos fundamentos teórico-metodológico, técnico-operativo e ético político, além de todo arcabouço de conhecimentos propiciados na formação profissional, o assistente social poderá trazer contribuições significativas, com objetivo de garantir o acesso, a permanência, a qualidade e a gestão democrática na educação escolarizada, além de fortalecer a luta dos educadores imbuídos do compromisso por uma educação pública, laica, de qualidade, socialmente referendada e para todos.

Ressaltamos a relevância das pesquisas que abordam as competências, atribuições e contribuições do Serviço Social na Educação, sendo extremamente necessárias para provocar a reflexão e, principalmente, qualificar o exercício profissional do assistente social e o patrimônio político e intelectual do Serviço Social brasileiro. Assim, compreendemos a contribuição da presente proposta de pesquisa que pretende aproximar-se dos trabalhadores da educação, efetivando um diálogo sobre a profissão – Serviço Social e, especificamente, o

ATRIBUIÇÕES, COMPETÊNCIAS E CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: REFLEXÕES NECESSÁRIAS.

trabalho do assistente social na educação básica. Inclusive, apesar de não ser ampla a inserção deste profissional na educação básica, existem várias experiências exitosas espalhadas no território nacional, podemos exemplificar citando alguns municípios e Estados: Limeira (SP), João Pessoa (PB), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA), dentre outros (ALMEIDA, FÉRRIZ, MARTINS, 2020).

Apoiados nessas ponderações e, também, na reflexão de que é importante pensar sobre o “que vem determinando a *presença do Serviço Social* hoje no âmbito da política educacional como parte da dinâmica social” (ALMEIDA, 2007, p. 5, grifo nosso). Assim, os caminhos da pesquisa pretendem interpretar os limites e possibilidades de ampliação do campo de atuação do Serviço Social na área da educação básica.

3. ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO UM DEBATE NECESSÁRIO

Matos (2015), ao tratar da relação entre atribuições e as competências profissionais da e do assistente social, defende que o debate não deve permear apenas o campo das atribuições privativas, mas também sobre as competências profissionais, o que “coloca em cena não somente aquilo que, pela lei, é função exclusiva do Serviço Social, mas também aquilo que potencialmente podemos/devemos desenvolver no trabalho profissional” (MATOS, 2015, p. 681).

O entendimento consiste no fato de que atribuições privativas são aquelas que se referem diretamente à profissão, previsto na Lei n. 8.662/1993, especialmente nos artigos 4º e 5º, que tratam, respectivamente, das competências e atribuições privativas de profissionais do Serviço Social. Nesse sentido, com os avanços que a profissão teve nos últimos anos no âmbito formativo e das experiências profissionais, bem como diante o cenário de complexificação das expressões da questão social, especialmente no contexto do espaço escolar, sinaliza para o amadurecimento das concepções em torno da matéria.

Muito pertinente para o debate sobre as competências, como “ações que os (as) assistentes podem desenvolver, embora não lhes sejam exclusivas” (MATOS, 2015, p. 681), pois conforme o CFESS (2013), às políticas educacionais privilegiam e demandam um tipo de abordagem que trata criticamente a relação entre as “estratégias institucionais que são forjadas a partir da Política de Educação e as respostas sociais e profissionais no tocante aos processos

ATRIBUIÇÕES, COMPETÊNCIAS E CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: REFLEXÕES NECESSÁRIAS.

de garantia do acesso, da permanência, da gestão democrática e da qualidade da educação” (CFESS, 2013, p. 37).

Junto aos aspectos acima mencionados, ao tratar do cotidiano no espaço escolar de forma a relacionar com as competências profissionais, existe a necessidade de não reduzir o entendimento da questão social a uma visão generalista ou setorializada no âmbito das políticas sociais. Como aponta Raichelis (2020, p.11), “exige apreender a reconfiguração dos espaços ocupacionais à luz da nova morfologia do trabalho” no contexto de crise do capital e do profundo ataque contra o trabalho e os direitos da classe trabalhadora, e prossegue:

Contudo, embora relevantes, as definições legal e normativa das atribuições e competências profissionais não são suficientes para garantir legitimidade social frente aos/às empregados/as e, principalmente, na relação com os/ as usuárias/os dos serviços sociais. Mais importante do que a disputa pelo monopólio das atividades privativas em si mesmas são as respostas profissionais às demandas e requisições do cotidiano institucional, os conteúdos e a direção das atividades realizadas no âmbito do trabalho coletivo que assistentes sociais, juntamente com outras/os profissionais, realizam no enfrentamento das expressões da “questão social”, pela mediação das políticas sociais, em que exercem funções de operacionalização, planejamento e gestão (RAICHELIS, 2020, p.12).

A ideia central defendida em torno das atribuições privativas e competências consistem na necessidade de que os profissionais tenham qualidade crítica e analítica ao capturar o “contexto em que o exercício profissional se materializa” (MATOS, 2015, p. 695-696).

O documento “Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação” (CFESS, 2013), ao tratar das dimensões que particularizam a inserção dos/as assistentes sociais na política de educação, apresenta um conjunto de demandas que dialogam com as atribuições do profissional do Serviço Social.

Um exemplo clássico é a competência em torno das demandas por “acesso e da permanência na educação escolarizada” e “atuação direcionada para a garantia da gestão democrática e da qualidade da educação”, o que exige do profissional competência para articular as dimensões ético-política, teórico-metodológica, técnico-operativa e investigativa (CFESS, 2013; MATOS, 2015; RAICHELIS, 2020). Ainda, o documento supracitado indica que os trabalhos profissionais “se inscrevem no conjunto das lutas sociais pelo reconhecimento e ampliação da educação pública como um direito social” (CFESS, 2013, p.

ATRIBUIÇÕES, COMPETÊNCIAS E CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: REFLEXÕES NECESSÁRIAS.

38), ou seja, evidenciando a sintonia com os princípios ético-políticos que norteiam a atuação profissional. Nessa linha, a compressão sobre competência, “nos moldes aqui tratados, não é mérito individual, e sim resultado de um projeto que se constrói coletivamente nos serviços, que se retroalimenta da produção intelectual da profissão e da sua organização político-profissional (MATOS, 2015, p. 691).

Reconhecendo a Lei 8662/93, o código de Ética Profissional de 1993 e as Diretrizes Curriculares (1996), expressam que, de acordo com a lei, assistentes sociais possuem competência, pois realizam estudos e pesquisas para avaliar a realidade e emitir parecer social e propor medidas e políticas sociais; planejam, elaboram e executam planos, programas e projetos sociais; prestam assessoria e consultoria a instituições públicas e privadas e a movimentos sociais; orientar indivíduos e grupos, auxiliando na identificação de recursos e proporcionando o acesso a estes; realizam estudos socioeconômicos com indivíduos e grupos para fins de acesso a benefícios e serviços sociais; atuam no magistério de Serviço Social e na direção de unidades de ensino e centros de estudos.

Iamamoto (2014, p. 610-611) amplia a discussão ao trazer o campo da estratégia como elemento imprescindível ao debate em torno das atribuições e competências, pois, “como a sociedade é atravessada por *projetos sociais distintos — projeto de classes para a sociedade — tem-se um terreno sócio-histórico aberto à construção de projetos profissionais também diversos[...]*” indissociáveis dos projetos mais amplos para a sociedade, mas que apontam limites para a intervenção profissional em uma perspectiva de simulacro posta pela lógica, estrutura e cultura do capitalismo contemporâneo.

As estratégias construídas coletivamente possibilitam aos profissionais uma interlocução e presença nas forças políticas “que permite à categoria profissional estabelecer estratégias político-profissionais no sentido de reforçar interesses das classes subalternas, alvo prioritário das ações profissionais” (IAMAMOTO, 2014, p. 611).

Ainda no documento “Subsídios para atuação do Assistente Social na política de educação” (CFESS, 2013), identificamos algumas indicações importantes sobre atribuições para área:

Reafirma, portanto, a compreensão de que o trabalho do/a assistente social, no campo da educação, não se restringe ao segmento estudantil e nem às abordagens individuais. Envolve também ações junto às famílias, aos professores e professoras, aos demais trabalhadores e trabalhadoras da educação, aos gestores e gestoras dos estabelecimentos públicos e privados, aos/as profissionais e às redes que compõem as demais políticas sociais, às instâncias de controle social e aos movimentos sociais, ou seja, ações não só

ATRIBUIÇÕES, COMPETÊNCIAS E CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: REFLEXÕES NECESSÁRIAS.

de caráter individual, mas também coletivo, administrativo-organizacional, de investigação, de articulação, de formação e capacitação profissional (CFESS, 2013, p. 38).

A não redução das atribuições e competências apenas focadas na intervenção profissional ao trato direto com usuários (as) — ainda que seja essa a maior frente de trabalho e não menos importante — apontam competências profissionais na esfera da gestão dos serviços e na formulação da política, na assessoria, na mobilização popular, no planejamento, nos espaços de controle social, etc. Esse entendimento avança no delineamento das competências profissionais, de forma objetiva e com explícita direção ético-política e teórico-metodológica. Posicionam-se contrariamente a um conjunto de solicitações equivocadas, dirigidas aos profissionais de Serviço Social e muitas vezes restritivas de sua autonomia técnica (MATOS, 2015, p. 693), geralmente, por desconhecimento por parte de outros profissionais participantes do trabalho coletivo da educação, sobre o serviço social, suas atribuições e competências.

No entanto, a materialização dos conteúdos dispostos nos documentos aqui mencionados encontram obstáculos devido à contradição inerente à profissão: enquanto profissão liberal, pautada na direção ético-política voltada às demandas e interesses da classe trabalhadora, mas, que precisa “vender” sua força de trabalho para aqueles que representam os interesses da burguesia. Assim, passamos a identificar que as competências e habilidades requeridas ao assistente social, muitas vezes, atende a necessidades e interesses antagônicos em uma mesma ação (IAMAMOTO, 2004).

O debate sobre competências profissionais em uma área crescente como a educação básica, cravada no cenário de significativas “transformações societárias”, conforme aponta Raichelis (2020), destaca a “necessidade de dar continuidade aos estudos sobre o processamento do trabalho cotidiano do assistente social na efetivação das competências e atribuições profissionais e às estratégias para sua implementação” (IAMAMOTO, 2014, p. 632).

4. A ESCOLHA DO CAMINHO: BREVE TRAÇADO DO PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

ATRIBUIÇÕES, COMPETÊNCIAS E CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: REFLEXÕES NECESSÁRIAS.

De forma sucinta, nos limites deste artigo, delineamos o percurso metodológico da pesquisa de doutorado que se propõe analisar e investigar essa temática tão cara aos Assistentes Sociais que atuam ou pretendem atuar no âmbito da política de educação, especialmente da educação básica.

Para alcançar os objetivos do estudo, a proposta é que os dados da pesquisa sejam produzidos por meio de métodos e técnicas sustentados em uma estrutura teórico-crítica que permitam desvelar as determinações da ordem social capitalista. Assim, o arcabouço epistemológico da pesquisa terá como premissa “o materialismo histórico, como caminho teórico, e a dialética, como estratégia metodológica” (MINAYO, 2008, p. 107).

Os participantes da pesquisa serão profissionais da educação básica (professores, pedagogos e outros) e gestores (diretores de escola e dos níveis centrais) da educação à nível municipal e, também, assistentes sociais que atuam na educação básica.

O campo de pesquisa, a princípio, tem como foco recolher informações em municípios da região sudeste, a partir de duas naturezas – os municípios que possuem assistentes sociais na educação básica e os que não possuem assistentes sociais atuando na educação básica. A escolha das cidades será feita considerando o porte e a dinâmica populacional, a saber: municípios de pequeno porte com até 20.000 habitantes, municípios de médio porte com população entre 50.000 a 100.000 habitantes e municípios de grande porte com população entre 100.000 a 900.000 habitantes. O critério de região será definido a partir do levantamento prévio de informações sobre a presença do serviço social na educação básica nos municípios brasileiros da região sudeste.

Entendemos que a combinação entre a *hermenêutica* e a *dialética* pode nos proporcionar um olhar mais coerente com o percurso metodológico que estamos nos propondo a realizar. Na direção do que Minayo (2008) aponta, nosso intuito é de tentar levantar algumas categorias de análise que sejam relevantes.

Assim, pretendemos considerar o movimento da consciência, os aspectos históricos, a linguagem dos sujeitos, os elementos da vida cotidiana e as condições de vida em uma perspectiva sócio-histórica, relacionando aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos que permeiam a instituição escolar e os seus sujeitos, percepções, imagens e demandas para a/o profissional do serviço social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

ATRIBUIÇÕES, COMPETÊNCIAS E CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: REFLEXÕES NECESSÁRIAS.

Em um país como o Brasil, dotado de uma cultura política bastante peculiar, com feições patriarcal, escravocrata, autoritária e seletiva de um Estado conservador e elitista, a promulgação de uma lei possui um significado importante, mas não é o suficiente diante do caminho bastante árduo e complexo para sua implementação, principalmente em uma conjuntura extremamente adversa e marcado por retrocessos e desmontes de todas as políticas sociais, momento caracterizado por uma “nova morfologia do trabalho” (Raichelis, 2020). Neste contexto, para o serviço social, compreender o caminho para implantação da lei que dispõe sobre a prestação de serviços da psicologia e do Serviço Social se constitui como uma urgência histórica, o que requer densidade em torno de mobilizações e articulações como vêm sendo organizado ao longo dos últimos anos, articulado a ampliação de investimentos em estudos e pesquisas como uma importante estratégia.

É certo que a inserção dos e das profissionais do serviço social na educação básica passa pela necessidade de um amplo alinhamento ao projeto ético-político profissional, que busca materializar um projeto de sociedade (NETTO, 2006). Nesse sentido, a direção crítica e estratégica amplia o debate para além do alargamento de mais um espaço sócio ocupacional para este profissional, mas, principalmente, mobilizar o aprofundamento de conhecimentos sobre a política de educação básica que possibilite aos profissionais a leitura da realidade em uma perspectiva de totalidade, buscando desvelar seus meandros e contradições, ao mesmo tempo em que se qualifiquem para responder, “enquanto assistentes sociais, às requisições institucionais, às exigências do mundo do trabalho, mas, especialmente, às reais necessidades/demandas dos/as usuários/as” (PAULA, SILVA, 2019, p. 190).

Enquanto categoria temos consciência sobre a importância e o impacto positivo que a implantação da Lei 13.935/19 significa para estudantes, famílias, enfim, para a comunidade escolar, além de uma grande conquista para assistentes sociais e psicólogos/as. Nesse sentido, a presente pesquisa representa mais um esforço, investimento e compromisso sobre como construir estratégias que possibilitem desenvolver o ‘olhar para dentro para olhar para fora’ dos espaços sócio ocupacionais da política de educação básica, a partir das suas peculiaridades.

Os desafios são múltiplos e perpassam pela necessidade de qualificação e refinamento dos profissionais em torno das atribuições e competências junto às especificidades da política de educação básica, tendo em vista que o espaço escolar possui uma cultura e dinâmica

ATRIBUIÇÕES, COMPETÊNCIAS E CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: REFLEXÕES NECESSÁRIAS.

bastante híbrida. Afinal, os projetos societários e concepções em torno da educação e as práticas sociais no espaço escolar existem e estão em pleno conflito e tensão.

O diálogo e constante interlocução com os profissionais com formação em licenciatura das mais diversas áreas do conhecimento que compõem a educação básica, além dos gestores educacionais, normalmente ocupados por pedagogos e pedagogas (INEP, 2021), e outros profissionais das políticas de educação no entorno do ensino regular (educação infantil, ensino fundamental e médio) que, tendo a transversalidade da educação especial e da educação de jovens e adultos (EJA), é um caminho necessário, bem como compreender a concepção que estes profissionais possuem sobre o trabalho, as atribuições e competências das e dos assistentes sociais.

Esta preocupação demanda estudos sobre a percepção e possíveis contradições existentes quanto à imagem social que estes “atores”, presentes no cenário da educação escolarizada e consolidados secularmente no espaço escolar, possuem sobre a profissão das e dos assistentes sociais na educação, com a finalidade de perceber as possíveis contradições e possibilidades existentes e, assim, permitindo contribuir com o debate dos limites e possibilidades da inserção e do trabalho do Assistente Social na educação. Desta forma, acreditamos que será propiciado o fortalecimento das estratégias para ampliar o debate com os profissionais e gestores participantes deste nível de ensino acerca das atribuições, competências e contribuições do serviço social nesta área.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. O Serviço Social na educação. In **Em Foco**. Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro (CRESS 7ª Região) Edição nº 3 (1ª Reimpressão) - Novembro de 2008.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **O Serviço Social na Educação: novas perspectivas sócio-ocupacionais**. Texto elaborado para o Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, realizado em maio de 2007, Belo Horizonte. Mimeo, 2007.

AMARO, Sarita Alves. **Serviço Social na Educação: Bases para o trabalho profissional**. Florianópolis: Editora UFSC, 2011.

BARBOUR, Rosaline. **Grupos Focais**. Coleção Pesquisa Qualitativa. Porto Alegre. Artmed, 2009.

ATRIBUIÇÕES, COMPETÊNCIAS E CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: REFLEXÕES NECESSÁRIAS.

BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 1996, P.27833. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS>. Acesso em: 20 agosto. 2020.

CFESS. **Serviço Social na Educação**. CFESS, Brasília, 2001.

CFESS. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação**. Brasília: CFESS, 2013. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf>. Acesso em: 05 agosto 2022.

CFP. **Senado aprova criação do Sistema Nacional de Educação com emenda que contribui com a efetiva implantação da Lei 13.935**. Disponível em <https://site.cfp.org.br/senado-aprova-criacao-do-sistema-nacional-de-educacao-com-emenda-que-contribui-com-a-efetiva-implantacao-da-lei-13-935/#:~:text=Psicologia%20e%20Servi%C3%A7o%20Social%20nas,definidas%20pelas%20pol%C3%ADticas%20de%20educa%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em 12 de agosto de 2022.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão: posfácio de José Paulo Netto** – 2ª Ed. São Paulo, Ed. Expressão Popular, 2010.

CRESS/RJ. **Sobre a profissão**. Disponível em: <<https://www.cressrj.org.br/institucional/sobre-a-profissao/>> Acesso em: 12 agosto 2022.

FÉRRIZ, Adriana Freire Pereira; MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. **Balanco da produção sobre o Serviço Social na política de educação brasileira**. In: SER Social (Brasília), v. 23, n. 48, jan./ junho. 2021.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

IAMAMOTO, Marilda. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n120/02.pdf>. Acesso em: 15 de agosto de 2022.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar 2021**. Pesquisas Estatísticas e Indicadores Educacionais, Brasília (DF), 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar>>. Acesso em: 01, agosto de 2022.

MATOS, Maurílio Castro. Considerações sobre atribuições e competências profissionais na atualidade. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 124, p. 678-698, 2015. Disponível em:

ATRIBUIÇÕES, COMPETÊNCIAS E CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: REFLEXÕES NECESSÁRIAS.

<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n124/0101-6628-sssoc-124-0678.pdf> . Acesso em: 21 agosto. 2020.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. **Educação e serviço social: elo para a construção da cidadania**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. **Implicações da ética profissional do assistente social no espaço educacional**. In: Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 10, n. 1, p. 44 - 55, jan./jul. 2011.

MÈSZAROS, István. **A educação para além do capital**. Nova edição ampliada. São Paulo: Editora Boitempo, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2008.

NETTO, José Paulo. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: **Serviço Social e Saúde**. Formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006.

ORTIZ, Fátima da Silva Grave. **O Serviço Social e sua Imagem: avanços e continuidades de um processo em construção**. Rio de Janeiro: Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social. UFRJ, 2007.

PAULA, Luciana Gonçalves Pereira de. SILVA, Nicole Cristina Oliveira. **Estratégias e táticas na formação profissional do Assistente Social: subsídios para reflexão**. In: Temporalis (Brasília – DF), v. 19 n. 37, p. 188 – 204, jan./jun. 2019.

RAICHELIS, Raquel. Atribuições e competências profissionais revisitadas: a nova morfologia do trabalho no Serviço Social. In: CFESS. **Atribuições privativas do/a assistente social em questão**. v. 2. Brasília: CFESS, 2020.

RODRIGUES, Neidson. **Por uma nova escola: o transitório e o permanente na educação**. 13ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2003. 120 p.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia Histórico-Crítica**. Campinas, São Paulo. Autores Associados, 9ª ed. 2005.

TONET, Ivo. **Educação contra o capital**. São Paulo. Instituto Lukács, 2012 – 2 ed. rev.